



CONEXÃO Remate

Boletim sobre compras públicas sustentáveis

Estudantes da Rede Municipal de Ensino de São Paulo recebem kit escolar sustentável

Desde 2007, os estudantes da rede municipal de educação de São Paulo têm recebido em seus kits escolares alguns itens sustentáveis. Os primeiros itens a integrarem o kit foram os cadernos universitários com miolo em papel reciclado e as régua produzidas a partir de garrafas PET de refrigerante. Esse material também foi reaproveitado para produzir as maletas, que fazem parte do Programa “Minha Biblioteca”, no qual cada estudante recebe quatro livros. Foram entregues aproximadamente 600 mil maletas, sendo 300 mil em 2007 e 300 mil em 2008.

A iniciativa é da SMESP (Secretaria Municipal de Educação) e para 2009, além desses, novos itens sustentáveis farão parte do kit, como os cadernos de desenho com papel reciclado e capa de garrafa PET de refrigerante, canetas, esquadros e transferidores do mesmo material. O kit pedagógico também incluirá papel reciclado normal e colorido, cartolinas e outros tipos de papéis reciclados. A estimativa é que mais de 3 milhões de cadernos e 6 milhões de régua de material reciclado sejam distribuídos pela SMESP no kit escolar de 2009.

Foram utilizadas 1,6 mil toneladas de papel e aproximadamente 1,1 milhão de garrafas PETs na fabricação dos materiais dos mais de 933 mil kits escolares que serão distribuídos para as crianças dos CEIs (Centros de Educação Infantil) bem como para os estudantes das escolas EJA (Educação de Jovens e Adultos).

A ação, que faz parte da política de desenvolvimento sustentável da SMESP, segue a Lei Municipal de São Paulo nº 14.439, de 19/06/07, sobre a reciclagem e a utilização de material reciclado no âmbito da Administração Pública Municipal.

No início, a Secretaria enfrentou algumas dificuldades para implementar as iniciativas, principalmente porque havia poucos fornecedores para esses itens. Foram investidos cerca de R\$ 44 milhões nos kits escolares de 2009, que serão entregues por três empresas.

A iniciativa teve uma repercussão positiva no âmbito do governo municipal, despertando o interesse de outras secretarias para aquisição dos itens sustentáveis. A expectativa é que a SMESP intensifique a compra desses itens nos próximos anos.



Edição 5

julho de 2009

(clique nos títulos para ler as matérias)

CPS na cidade de SP 1 a 6

CPS no Estado de MG 7 a 9

Conheça:
Xico Graziano ... 10

CPS no Estado de SP 11 a 13

Visitas técnicas
em Londres 16

EcoProcura
2009 17

Inscriva-se na lista de discussão de Compras Verdes

Com intuito de manter a comunicação sempre aberta entre os parceiros do projeto e o público em geral interessado no tema, estabelecemos uma lista de discussão (list serve). Para se inscrever na lista, acesse

<http://mailman.iclei.org/mailman/listinfo/compras-verdes> ou envie um email para projeto.cps@iclei.org.

Secretaria de Gestão de SP realiza estudos sobre papel reciclado

A Prefeitura Municipal de São Paulo já enfrentou diversos problemas ao utilizar papel reciclado em seus órgãos e secretarias. Muitas vezes o papel ficava preso na impressora, causando danos ao equipamento, e também consumia mais tinta do que o papel comum, afastando-se da proposta de sustentabilidade e do apelo ecológico que o papel reciclado traz.

Com o objetivo de enfrentar esses problemas, a Secretaria Municipal de Modernização, Gestão e Desburocratização do município através da Divisão Técnica de Padronização e Controle de Qualidade, do DGSS (Departamento de Gestão de Suprimentos e Serviços) passou a realizar estudos em busca do papel reciclado próprio para consumo.

O DGSS é responsável pelo planejamento estratégico de suprimentos da Prefeitura com o objetivo de assegurar melhoria de qualidade e redução de custos. Especificar, padronizar e controlar a qualidade dos materiais de uso comum está entre suas atribui-

ções. Além disso, tem como plano de metas, analisar e viabilizar a inserção de requisitos da sustentabilidade ambiental nas especificações técnicas de objetos em curso.

A Divisão Técnica de Padronização e Controle de Qualidade já tinha elaborado uma especificação técnica para papel reciclado em 2006, porém com o vencimento da primeira ata optou-se por revisar as especificações para a próxima licitação frente aos problemas com o papel reciclado adquirido.

No Brasil, o papel reciclado ainda não possui uma norma técnica. Dessa forma, o Lapon – Laboratório de Ensaaios Papel e Papelão – do SENAI Bauru (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) entrou em contato com o DGSS para conduzir esses estudos. Já foram analisadas 12 amostras de papel reciclado existentes no mercado. Foram realizados estudos para testar o teor de umidade, o teor de cinzas, a gramatura, absorção de água, espessura e determinação da direção das fibras.

Esse processo já está em curso há um ano. O Laboratório está ampliando os testes para as amostras iniciais que não tiveram todos os testes realizados, para que a comparação entre as amostras seja feita.

Segundo Maria Thereza Costa, diretora da Divisão Técnica, através desse estudo será possível verificar “o que está por trás do papel reciclado”, pois pelo tamanho das fibras é possível saber se o papel é reciclado de fato ou não.

O laudo do Laboratório não será conclusivo, apontará resultados para os testes e o trabalho de comparação e conclusão será da equipe da Divisão Técnica de Padronização e Controle de Qualidade. O objetivo é encontrar um papel que possa ser utilizado normalmente pelos órgãos e entidades do governo municipal.

Espera-se também que os resultados desse estudo possam ser compartilhados com outros governos na aquisição de produtos mais sustentáveis, diminuindo a pressão sobre os recursos naturais do planeta.

Economia de energia em hospitais de São Paulo

A AES Eletropaulo concluiu o projeto de eficiência energética no Hospital das Clínicas. O trabalho, que contou com investimentos de R\$ 5,3 milhões, possibilitará uma redução de 3.945 MWh/ano no consumo de energia do estabelecimento, o equivalente a uma economia anual de R\$ 1,1 milhão, com gastos em energia. Também é prevista uma demanda evitada de 740 kW.

Segundo o coordenador de Uso Final e Aplicação de Energia da empresa, Fernando Bacellar, o projeto foi concentrado no sistema de ar-condicionado do hospital. Foram substituídos dois chillers de 800 toneladas de refrigeração (TR) e um de 300 TR por equipamentos mais modernos e eficientes. Também foram trocadas moto-bombas e a tubulação do prédio.

O Hospital das Clínicas de São Paulo é a maior das 41 unidades de saúde que foram atendidas nos programas de efici-



ência energética da AES Eletropaulo até o momento. Nos últimos três anos, a empresa investiu R\$ 19 milhões em projetos do tipo implantado nessas unidades. A economia obtida é de 26 mil MWh/ano, ou R\$ 7,7 milhões anuais, e a demanda retirada da ponta é de 4,7 MW.

A AES Eletropaulo também finalizou

recentemente a primeira fase do projeto de eficiência energética do Hospital da Beneficência Portuguesa. O projeto total tem investimentos estimados em R\$ 1,8 milhão e inclui substituição de sistemas de iluminação e de automação. Estão em fase de prospecção de projetos outros quatro hospitais paulistas.

Prefeitura de SP incentiva eficiência energética

Visando reduzir o consumo de eletricidade nas instalações da administração municipal, a PMSP (Prefeitura Municipal de São Paulo) implantou o Programa Municipal de Gestão Energética em 2004. O Programa está alinhado com os propósitos de equilíbrio e integração das questões relativas a meio ambiente e desenvolvimento, entendendo que o Governo Municipal deve intensificar os esforços para utilizar a energia de forma economicamente eficaz e ambientalmente saudável.

O Programa é apoiado pelo PMAT (Programa de Modernização da Administração Tributária), uma ferramenta do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) destinada à modernização administrativa de estados e municípios.

O Programa ainda tem como objetivo promover mudanças nos padrões de consumo e estimular a inovação tecnológica ecologicamente eficiente; além de disseminar a cultura da eficiência energética na Prefeitura e para a sociedade local através de programas de educação nas escolas.

Uma das linhas de ação do Programa

consiste na substituição de equipamentos convencionais por equipamentos eficientes. Dentro desta linha, o principal projeto é o de efficientização do sistema de iluminação das escolas. Este projeto proporciona economia de energia para a Prefeitura, além de melhorar a iluminação para alunos e professores.

Foram elaborados relatórios em 546 escolas para identificar as características técnicas do sistema atual de iluminação de cada escola e os hábitos de utilização. Também foram executados, em quatro escolas, diagnósticos detalhados.

Para a execução da substituição dos equipamentos de iluminação foram selecionadas 244 escolas. Estas escolas foram agrupadas em oito lotes de projetos que estão em fase de licitação. Um ponto importante a ser destacado é que para este processo foram elaboradas especificações técnicas de equipamentos eficientes para o edital, sendo que

as empresas executoras das obras deverão adquirir produtos de acordo com estas especificações.

Com o aumento da demanda pelas lâmpadas de 32W, o seu preço baixou, tornando-se mais acessível para a administração pública e para o consumidor em geral

Preferência ao consumo de lâmpadas de 32W

Dentre as possibilidades de atuação estão a substituição de lâmpadas fluorescentes de 40W por similares de 32W; a substituição de reatores eletromagnéticos por reatores eletrônicos; e a troca de luminárias tipo calha convencionais por outras reflexivas de maior eficiência luminosa.

Durante a etapa de execução das obras, será realizado um acompanhamento das atividades de instalação com o intuito de garantir a instalação dos produtos e execução dos serviços de acordo com as regras do edital.

Após a conclusão das obras, será realizado um acompanhamento do consumo destas escolas, além de treinamentos para conscientizar os usuários sobre a importância da manutenção do sistema eficiente.

Considerando a premissa adotada pela PMSP de não intervir no projeto luminoso existente, alterando a quantidade de pontos de iluminação e lâmpadas, a substituição de lâmpadas e reatores será a maior responsável pela economia de energia. Para projetos novos, entretanto, foi recomendada a utilização de luminárias reflexivas, que possuem maior eficiência luminosa, e tratamento da lousa com iluminação localizada.

O Programa é coordenado pela CORE (Comissão Permanente Orientadora do Uso Racional de Energia), formada por representantes de Secretarias e Autarquias Municipais. A CORE é coordenada pela Secretaria Municipal de Modernização, Gestão e Desburocratização. Através da separação das atas de compra para as lâmpadas, a Secretaria incentiva a compra das lâmpadas de 32W, que é mais eficiente.

Ao todo, 300 escolas já passaram pelo processo de modernização, reduzindo o consumo de energia. Ainda, com o aumento da demanda pelas lâmpadas de 32W, que custava mais que a de 40W, o seu preço também abaixou, tornando-se mais acessível não somente para a administração pública mas também para o consumidor em geral.

Programa Municipal de Gestão Energética



Escolas economizam mais de R\$2 milhões em água e energia em SP e recebem bonificação

No primeiro semestre de 2008, 609 escolas da Rede Municipal de São Paulo conseguiram atingir a meta de reduzir o consumo de água e/ou energia elétrica em, pelo menos, 10% conforme estabelecido pela portaria 5.678, de 20 de dezembro de 2007. A economia total foi de pouco mais de R\$2 milhões!

Para se chegar à meta de cada escola foram considerados dois fatores: o histórico de consumo de 12 meses e o número de alunos daquela unidade. A mesma portaria que determinou a meta estabeleceu a bonificação: o dinheiro economizado voltaria como acréscimo do Programa de Transferência de Recurso Financeiro (PTRF), que já é repassado às escolas três vezes por ano. O PTRF foi criado em São Paulo por meio da Lei nº. 13.991/05, com objetivo de fortalecer a participação da comunidade escolar no processo de autonomia das Unidades de Ensino. Os valores variaram R\$1,5 mil a R\$8,5 mil.

Para que as metas pudessem ser atingidas, diretores e dirigentes das escolas passaram por um treinamento nos meses de fevereiro e março de 2008. Aprenderam a acompanhar as informações sobre o consumo da escola num sistema informatizado e a divulgar essas informações para a comunidade.

Mas a economia não pode parar por aqui. A cada semestre, novas metas serão estabelecidas, para que a economia seja contínua.

Algumas escolas até festejaram ultrapassar suas metas, como é o caso da Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Dr. Miguel Vieira Ferreira, na zona sul. O objetivo era que a escola consumisse 2.222 m³ de água ao longo do semestre. O consumo ficou em 1.966 m³. Com relação à energia elétrica, a meta eram 42.636 kilowatts. A escola ficou em 40.480 kws.

Soluções simples

Para atingir esse resultado, a escola está mesclando soluções simples e baratas a alguns pequenos investimentos e reformas. Como a escola foi construída na década de 50, a tubulação era muito antiga e os vazamentos eram comuns. A direção da unidade usou o dinheiro do PTRF e as reformas que vêm sendo feitas na Rede para melhorar as instalações da escola: torneiras e válvulas de descarga foram trocadas, a cozinha foi

reformada, vazamentos foram consertados.

Os recursos que a Secretaria Municipal de Educação destina diretamente às escolas — em 2007, por exemplo, foram repassados R\$ 40,2 milhões a toda a Rede — foram usados ainda para o conserto de uma máquina de lavagem em alta pressão e para a compra de bebedouros. Com o equipamento, a escola economizou água e as lavagens do pátio são feitas com mais rapidez. Os bebedouros

eliminaram algumas torneiras nas quais os alunos tomavam verdadeiros banhos.

A professora de Ciências Arlete Chrispim sugeriu que todos os dias, um estudante fosse o responsável por apagar a luz da sala na hora do intervalo, que dura 15 minutos. “São 15 minutos em 14 salas de aula. Imagine a economia.” Eles realmente incorporaram a idéia. “Eles falam que já conversaram com a mãe, que estão controlando o tempo do banho”, afirma.

Engajada, Arlete já havia sugerido há alguns anos a colocação de uma película nas janelas das salas de aula para diminuir o calor e o uso de ventiladores. A idéia surgiu quando ela mesma percebeu que seu carro, com a película nos vidros, ficava mais fresquinho e ela acabava usando menos o ar condicionado.

A economia da EMEF também tem a ajuda da agente escolar Hilda Cavaci. Há 15 anos ela trabalha na escola e é uma das “fiscais” do meio ambiente. Ela descobriu que um ambulante, do lado de fora da escola, havia feito um “gato” e estava puxando energia elétrica da escola. Acabou com a ligação clandestina e continua de olho, para ter certeza que não será refeita. Dona Hilda tem certeza que as coisas estão mesmo mudando na escola. “Todo mundo está colaborando”, garante.

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de São Paulo
Edição: Iclei Brasil



Programa 'Madeira é Legal' em São Paulo

No último dia 18 de março foi assinado o Protocolo de Cooperação do Programa **Madeira é Legal**, uma iniciativa que consolida várias ações de diferentes atores com objetivo de incentivar e promover o uso da madeira de origem legal e certificada na construção civil no Estado e no Município de São Paulo.

A madeira legal é proveniente de desmate e manejo regulares e autorizados por órgãos ambientais competentes, federal ou estadual, cumprindo todos os requisitos legais quanto à documentação. A madeira *ilegal* é extraída sem cumprir estes requisitos, proveniente de desmate e corte seletivo ou manejo ilegal. Já a madeira *certificada* além de ter a documentação de acordo com a lei, contribui para o desenvolvimento social e econômico das comunidades florestais. Para que isso aconteça, o processo de certificação deve assegurar a manutenção da floresta, por meio do manejo florestal, previsto em Lei, bem como o emprego — sem uso de mão de obra escrava ou infantil — e a própria continuidade da atividade econômica. Neste tipo de exploração racional das florestas há menos desperdício e é possível lucrar com a floresta por mais tempo.

Participaram do evento mais de 300 pessoas interessadas em conhecer o programa que conta com o envolvimento de associações de classe, produtores e distribuidores de madeira. Os vinte e três signatários, entre eles o ICLEI, buscam desenvolver mecanismos de controle e incentivo ao uso da madeira certificada nos departamentos de compras do setor público e privado, como as grandes construtoras, para identificar e monitorar se a madeira que está sendo comprada é de origem ilegal, legal ou certificada.

O Programa **Madeira é Legal** também prevê a capacitação dos compradores para que consigam identificar a origem da madeira que estão comprando, de forma a eliminar a madeira de origem ilegal e exigir cada vez mais de seus fornecedores a madeira certificada.

A madeira certificada tem a documentação de acordo com a lei e contribui para o desenvolvimento social e econômico das comunidades florestais



Essa iniciativa que tem a pretensão de ser replicada em outros estados, conta com o contínuo apoio e envolvimento dos signatários que se encontram regularmente para dar andamento aos objetivos alinhados no Protocolo. A primeira reunião foi realizada em abril.

Publicações

Durante o evento de assinatura do protocolo de cooperação foram lançadas duas publicações para incentivar e orientar sobre o uso de madeira legal e certificada:

Manual Madeira: Uso Sustentável da Madeira na Construção Civil

A segunda edição do manual foi organizada pelo IPT - Instituto de Pesquisas Tecnológicas, SindusCon-SP - Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo e a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente de São Paulo. A publicação destaca a importância da incorporação de espécies alternativas ao processo de escolha e especificação da madeira empregada nas atividades da construção civil para minimizar os impactos ambientais causados pelo uso intensivo e constante de determinadas espécies. O Manual se traduz em

um importante passo do setor que mais consome este insumo no país para a preservação e a sustentabilidade das florestas brasileiras.

O manual amplia o conhecimento de profissionais da construção e de consumidores que buscam informações sobre a madeira, oferecendo espécies alternativas com propriedades semelhantes às das espécies tradicionais e apresentando os novos mecanismos disponíveis no mercado, que garantem ao consumidor a aquisição de uma matéria-prima de origem legal, extraída de maneira responsável e não predatória.

Guia Seja Legal: Boas Práticas para manter a madeira ilegal fora de seus negócios

Organizado pelo WWF-Brasil, o guia é destinado a empresários, consumidores e formuladores de políticas públicas, com orientações para eliminar a ilegalidade na cadeia produtiva da madeira, buscando subsídios para que se adote o consumo de produtos com a certificação FSC - Conselho de Manejo Florestal. Também mostra os impactos negativos e as implicações sociais, ambientais e econômicas no consumo da madeira ilegal, com dicas para minimizar os riscos de se comprar madeira ilegal.

Para saber mais sobre os manuais, protocolo, signatários, palestras e fotos do evento, acesse: http://www.anggulo.com.br/madeira/retro/hotsite_retro.htm

Protocolo de Cooperação do Programa Madeira é Legal

A assinatura do protocolo marcou uma segunda etapa do **Programa Madeira é Legal**, liderado pela Prefeitura de São Paulo através de sua Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente (SVMA), nos esforços de utilização de madeira de origem legal e, potencialmente originada de manejo florestal sustentável.

Este protocolo promove uma cooperação técnica e institucional entre seus signatários, de forma a criar condições para consolidar o **Programa Madeira é Legal**, incentivando e promovendo o uso de madeira legal e madeira certificada.

Os vinte e três signatários incluem entidades representantes da indústria madeireira, da construção civil e outras indústrias relacionadas, academia, governos, instituições de pesquisa aplicada, organizações ambientais e outros representantes da sociedade civil. O documento perma-

nece aberto a novas adesões. Todas essas entidades reconhecem a grande importância da construção civil enquanto atividade econômica no Estado e Município de São Paulo. Essas entidades entendem que o Estado e o Município de São Paulo são os principais consumidores de madeira tropical oriunda da região amazônica, e que possuem uma importante projeção nacional, representando um importante ponto de alavanca no combate ao desmate ilegal da floresta.

As entidades da Construção Civil se comprometeram, dentre outras ações, a utilizar madeiras oriundas de fontes legais e certificadas, seguindo as instruções do *Manual Madeira*, enquanto as entidades do Setor produtivo da Madeira deverão combater a ilegalidade e o desmatamento predatório. Os Governos se comprometeram em apoiar acordos setoriais, promover mecanismos de incentivo ao uso da ma-

deira de origem sustentável e coibir o uso de madeiras de origem ilegal.

Todos os signatários buscarão agir, dentro de suas áreas de competência, para o desenvolvimento de conhecimentos relacionados à utilização da madeira, manejo sustentável e identificação de origem de produtos florestais, bem como agirão na sensibilização, capacitação e divulgação de atividades relacionadas ao **Programa Madeira é Legal**. Uma série de eventos já está programada pelas diversas entidades, visando popularizar, difundir e replicar a experiência cidade de São Paulo, e dessa forma combater o desmatamento da floresta tropical. Outras iniciativas de pesquisa, e treinamento também serão conduzidas pelas entidades signatárias, o que cria um grande movimento em prol da eliminação do uso da madeira ilegal na cadeia produtiva no país.

São Paulo tem 35 'EcoPontos' para entrega voluntária de inservíveis

O entulho gerado por construções, demolições e pequenas reformas em prédios ou residências, que são jogados de maneira ilegal em avenidas, ruas e praças, têm gerado sérios problemas ambientais para a cidade de São Paulo e para a população, que está perdendo espaços de lazer e recreação.

Para combater este tipo de crime, a Prefeitura de São Paulo, através da Secretaria Municipal de Serviços (SES), está aumentando a oferta de áreas para deposição regular dos resíduos da construção e demolição de pequenos e grandes geradores, além de facilitar e incentivar a reciclagem desses materiais.

Existem na cidade 35 EcoPontos, que são locais de entrega voluntária de pequenos volumes de entulho (até 1 m³), grandes objetos (móveis, poda de árvores etc.) e resíduos recicláveis. Nos EcoPontos, o mu-

nícipe poderá dispor o material gratuitamente em caçambas distintas para cada tipo de resíduo. A intenção da Prefeitura de São Paulo é aumentar o número de unidades.

O material recolhido de origem mineral como concreto, argamassa, alvenaria etc., é encaminhado para o aterro de inertes e transformado em agregado reciclado utilizado na pavimentação de ruas. O rejeito é levado aos aterros sanitários e o resíduo é reaproveitável pelas 15 Centrais de Triagem para comercialização.

Leis, decretos e portarias

Existem alguns instrumentos legais para minimizar o problema da má gestão do entulho, como regras de licenciamento de empresas transportadoras de resíduo de construção civil, a utilização de caçambas em vias públicas e descarte em aterro público:

- **Decreto 48.075, de 28/12/2006**, que dispõe sobre a obrigatoriedade da utilização de agregados reciclados, oriundos de resíduos sólidos da construção civil, em obras e serviços de pavimentação das vias públicas do Município de São Paulo.
- **Decreto 46.594, de 03/11/2005**, que regulamenta a coleta, o transporte, o tratamento e a disposição final de resíduos inertes.
- **Lei 13.298, de 17/01/2002**, que estabelece e define a responsabilidade do gerador e do transportador de resíduos de construção civil.
- **Decreto 42.217, de 24/07/2002**, que estabelece procedimentos de licenciamento e operação de áreas privadas de transbordos e triagem.

Para saber onde ficam os EcoPontos na cidade, acesse: <http://portal.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/servicoseobras/projetos/ecoponto/0001>

Fonte: Prefeitura Municipal de São Paulo
Edição: Iclei Brasil

Aproveitamento da energia solar em Minas Gerais

Por Roberto Maximiro, Programa de Gestão Energética Estadual, Superintendência Central de Recursos Logísticos e Patrimônio, Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado de Minas Gerais

O Estado de Minas Gerais, através do PGEE (Programa de Gestão Energética Estadual) atua diretamente na busca pela redução dos custos com o insumo energia elétrica. Dentre as várias ações que o PGEE desenvolve para alcançar esse objetivo, destacam-se duas frentes de atuação: ações de resultados imediatos, através da gestão do insumo em prédios públicos já em utilização e ações estratégicas, que têm o foco da gestão voltado para as edificações a serem construídas, afim de que essas possibilitem um cenário futuro com o melhor uso do insumo.

Neste contexto, a utilização da energia solar como fonte de energia é entendida com potencial na redução dos custos com energia elétrica, sendo apresentada pelo PGEE, como medida indispensável pelo Estado. O tema é hoje contemplado na revisão em curso do Decreto Estadual n°. 43.696/03 (atual Decreto que regulamenta o uso do insumo), na qual a apresentação de estudos que verifiquem a viabilidade do aproveitamento da energia solar torna-se prática obrigatória.

A partir desse posicionamento, o Estado de Minas Gerais, através do PGEE buscou atuar junto ao DEOP (Departamento de Obras Públicas), responsável pelo desenvolvimento dos projetos das unidades estaduais, apresentando dentre outros conceitos, o de aproveitamento da energia solar. Foram desenvolvidas palestras pelo

PGEE e pelos seus diversos parceiros, entre os quais se destaca o GREEN Solar da PUC/MG (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais), visando à conscientização dos projetistas do DEOP sobre a importância de incorporar tal conceito em seus projetos, face ao impacto financeiro quando do uso da futura unidade.

Como estudo “piloto” do aproveitamento da energia solar ainda na fase de projeto da unidade, o PGEE propôs ao DEOP a avaliação da viabilidade de seu uso para as unidades da AISP (Área Integrada de Segurança Pública) que são unidades projetadas para uso no novo formato da Segurança Pública em Minas Gerais, a partir da integração das polícias Militar e Civil. Essas AISP's farão uso intensivo de chuveiros para banho, potencializando o aproveitamento para aquecimento da água a ser utilizada.

Com o apoio ainda não institucionalizado do GREEN Solar (a Secretaria de Planejamento e Gestão de Minas Gerais, através do PGEE, trabalha junto ao GREEN Solar para efetivação de um Convênio que oficialize o apoio dessa instituição), o PGEE editou uma Nota Técnica, encaminhando-a a sua direção e à direção do DEOP, demonstrando a importância e a economia resultante do emprego da energia solar, que seria da ordem de R\$ 60.000,00 para cada AISP. Esse valor foi obtido através de um estudo sobre o custo da energia elétrica

comparado com o da energia solar considerando-se o investimento para implantação/manutenção do sistema. O GREEN SOLAR forneceu dados sobre o sistema a ser implantado e os custos. O DEOP forneceu informações sobre a unidade em questão (potência a ser instalada, tipo de subestação, etc.).

A questão foi encaminhada para as diretorias competentes e aguarda posicionamento para continuidade oficial dos trabalhos. Devido ao grande impacto já comprovado de tal ação, o PGEE vem participando de projetos desenvolvidos pelo DEOP ou mesmo contratados por esse órgão, inteirando-se de cada caso, discutindo e apresentando sugestões, visando à incorporação do conceito. Deve-se destacar que o foco não se restringe ao aproveitamento de energia solar, mas também ao emprego das alternativas de Arquitetura Bioclimática, à viabilidade de Cogeração de energia, ao impacto do tipo de subestação definida no caso das unidades atendidas em Média Tensão, etc.

O Estado busca dessa forma, minimizar suas despesas correntes antes mesmo do efetivo uso do insumo. A estratégia incorpora-se na missão de “tornar Minas o melhor estado para se viver”, ao permitir um melhor uso dos escassos recursos públicos, ao mesmo tempo em que adota práticas sustentáveis que minimizam os passivos ambientais decorrentes da sua atuação.



Manual de Obras Públicas Sustentáveis é lançado no Estado de Minas Gerais

A SEMAD - Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado de Minas Gerais, em parceria com a Secretaria de Estado da Saúde, Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas e Secretaria de Estado de Educação, disponibilizam para o público em geral o Manual de Obras Públicas Sustentáveis.

A elaboração deste Manual insere-se

no âmbito do Programa de Parceria para o Desenvolvimento de Minas Gerais II, assinado entre o Governo do Estado e o Banco Mundial.

O Programa tem por finalidade apoiar o Governo de Minas Gerais na implementação da Segunda Geração do Choque de Gestão (Estado para Resultados), de forma a ampliar a oferta e melhorar a qualidade e eficiência de serviços e bens

públicos, e a reforçar os avanços fiscais e macroeconômicos obtidos e as reformas já implementadas, com o objetivo de incentivar o crescimento econômico e a redução da pobreza no estado.

As ações a serem apoiadas pelo Programa estão em sua maior parte associadas à prestação de serviços de saúde, educação, transporte e melhoria da gestão.

Com exceção do setor de transpor-

continua na pág. 8

tes, cujos marcos e diretrizes ambientais foram tratados diretamente com o Banco Mundial, a execução das ações previstas no programa não deve produzir impactos ambientais negativos substanciais. Os projetos de investimento físico, identificados de maneira preliminar, financiam obras de pequeno a médio vulto – como a construção de escolas – com impactos ambientais negativos localizados e que não requerem, de forma geral, licenciamento ambiental.

Os impactos ambientais relativos às ações ligadas ao Programa nas áreas de saúde e educação podem, assim, ser mitigados de maneira apropriada com medidas relativamente simples. Este manual pretende sugerir diretrizes nesse sentido, e pode ser entendido como parte

dos crescentes esforços empreendidos, por parte do Governo do Estado, para abordar a questão ambiental, não somente no âmbito do Programa, mas de forma sistemática nas políticas públicas setoriais desenvolvidas pelas diversas Secretarias. O manual foi concebido como uma ação preventiva ligada diretamente às intervenções previstas pelo Programa, mas deve ser percebido, primeiramente, como parte de um objetivo mais amplo de conscientização e mudança de paradigmas e entendimentos na administração pública.

Este Manual de Obras Sustentáveis nasce de uma necessidade pontual e imediata para tornar-se um primeiro ponto de referência para outras ações e áreas de governo. Trata-se de uma versão pre-

liminar, cujas páginas deverão, durante o ano de 2009, ser revisadas e acrescidas de conteúdos técnicos específicos, relativos principalmente, mas não exclusivamente, à sustentabilidade nas edificações do Estado destinadas à oferta de serviços de Educação e Saúde. As revisões previstas para 2009 deverão incluir também aspectos relativos à redução de impactos sociais e culturais e à medidas de consulta pública que contribuam para uma maior participação dos beneficiários nas diversas fases do processo de obras.

Para fazer o download do Manual, acesse: http://www.semاد.mg.gov.br/images/stories/manuais/manual_obras_sustentaveis.pdf

Fonte: SEMAD
Edição: ICLEI Brasil

Fomenta Minas aproximou micro e pequenos fornecedores de grandes compradores públicos

Gláucia Rodrigues

A primeira edição do Fomenta Minas – encontro de oportunidades para micro e pequenas empresas nas compras governamentais, reuniu mais de 1.200 pessoas no Centro de Convenções de Ouro Preto (MG). O evento, realizado pelo Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) em Minas Gerais em parceria com o Governo do Estado, aproximou micro e pequenas empresas de grandes instituições públicas e ainda ofereceu aos empresários informações sobre o processo licitatório e as vantagens de vender para o governo. O evento foi realizado entre 13 e 14 de abril.

“O Fomenta Minas é uma iniciativa inovadora que possibilita às micro e pequenas empresas se informar sobre compras governamentais, descobrir as vantagens e direitos assegurados pela Lei Geral, conhecer os principais portais de compra do governo e ainda apresentar seus produtos e serviços para as instituições públicas”, explica a gerente da Unidade de Políticas Públicas do Sebrae/MG, Nair Aparecida Andrade.

Uma das atividades do ‘Fomenta’ foi o Encontro de Oportunidades. Compradores (órgãos e empresas públicas) fizeram atendimentos individuais aos empreendedores, informando quais são



Compradores públicos e empreendedores conversam sobre oportunidades

os produtos que costumam comprar e como é o processo adotado por cada instituição pública. Durante os dois dias de evento, o Encontro de Oportunidades reuniu 212 empresas fornecedoras e 25 compradores em 382 agendamentos. O evento contou com a participação de empresas como Cemig, Copasa (Companhia de Saneamento de Minas Gerais), Petrobras, Prefeitura de Ouro Preto e Correios.

“O encontro é uma oportunidade de aumentar nosso cadastro de fornecedores. Existem produtos que só as micros e pequenas empresas podem nos fornecer

e aqui encontramos centenas delas”, explica Wander Canuto, da Cemig.

Os empresários puderam participar de cinco painéis temáticos sobre licitações sustentáveis, sete oficinas de capacitação em pregões eletrônicos e quatro palestras sobre compras governamentais apresentadas por atores relevantes como o Ministro do Tribunal de Contas da União, Benjamin Zymler, a Secretária de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais, Renata Vilhena e a Diretora Regional do ICLEI LACS, Laura Valente.

Fonte: Agência SEBRAE de Notícias, 15/04/09, www.agenciasebrae.com.br; edição: Iclei Brasil

Campanha promove redução de consumo em Belo Horizonte

Para contribuir na redução dos impactos ambientais em um mundo onde tudo é descartável, a Urbel (Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte) lançou a Campanha “Recicle suas Idéias”, coordenada pela Diretoria de Mobilização Social.

Em vigor desde 2008, a campanha visa inserir os cuidados ao meio ambiente na rotina dos funcionários da Prefeitura. A Urbel forneceu garrafas plásticas para beber água e estimulou o uso de xícaras para café e chá, inibindo o uso de copos descartáveis.

Economia

Em quatro meses, os resultados já são visíveis. Em dezembro de 2008, eram utilizados 900 copos por dia e 20 mil por mês. Hoje são utilizados diariamente 660 copos. Essa redução gerou uma economia de 22



mil copos plásticos que deixaram de ser lançados ao meio ambiente, onde levam, em média, 50 anos para se decompor.

Se forem comparados ainda os números do primeiro trimestre de 2008 com o mesmo período de 2009, a redução do uso de copos chega a 50%. E isso justamente nos meses que apresentam maior consumo devido ao calor e ao aumento de eventos ligados ao período chuvoso.

Mudança de Hábito

A auxiliar de serviços gerais, Maria de Jesus Batista, foi uma das primeiras a notar o resultado devido ao número reduzido de copos nas lixeiras da empresa. “Antes da campanha, as lixeiras dos setores estavam sempre cheias, tanto de manhã quanto à tarde”, comenta a auxiliar.

O diretor Administrativo e Financeiro da Urbel, Antônio Dias Vieira, destaca a importância da mudança de hábito urgente. “Se não mudarmos agora, pagamos essa conta convivendo com transtornos que vão desde entupimentos de bueiro e inundações até aumentos de temperatura progressivos, tempestades e outros fenômenos naturais”, explica.

*Fonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte,
16/04/2009
portalpbh.pbh.gov.br*

Belo Horizonte é a primeira capital brasileira a proibir o uso de sacolas plásticas

A partir de 28 de fevereiro de 2009, os moradores da capital mineira devem repensar o modo como tratam o meio ambiente. Belo Horizonte é a primeira cidade do país a obrigar estabelecimentos comerciais a substituírem as sacolas plásticas por outras feitas de material biodegradável ou reciclado. De acordo com as disposições preliminares, farmácias, supermercados, açougues, lojas de roupa e outros centros de venda têm prazo de três anos para fazer a modificação.

Segundo a então Secretária Adjunta de Meio Ambiente, Flávia Mourão, a nova legislação deve contribuir para a conscientização da população e a mudança de comportamento em favor da causa verde. “Uma simples sacola de supermercado pode demorar até 400 anos



para se decompor e em toda compra se leva pelo menos uma”. O material oxibiodegradável ainda não tem efeito confirmado, apesar do tempo de decomposição ser muito menor – 18 meses para esfarelar.

“É preciso criatividade e participação da população para serem criados novos costumes, inclusive com relação à produção de lixo”, afirma Mourão. Diariamente, equipes da Superintendência de Limpeza

Urbana recolhem cerca de 4 mil toneladas de lixo, entre domicílios e comércio.

Com a regulamentação do novo texto ficam também criados dois comprovantes que atestam a adoção de medidas favoráveis ao meio ambiente: Selo Atitude Ambiental e o Socioambiental. Todos os órgãos públicos e estabelecimentos comerciais que aderirem à prática podem requisitá-los.

*Fonte: Pedro Rocha Franco - Estado de Minas, 23/12/08
Edição: Iclei Brasil*

Conheça: Secretário Xico Graziano

O Secretário Xico Graziano lidera uma equipe na Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo que tem desenvolvido diversas ações pioneiras em relação às compras públicas sustentáveis no país. O Secretário concede essa entrevista à Larissa Vascounto, Assistente de Projetos do Escritório de Projetos do Brasil do ICLEI.

LV - Em agosto de 2008, o Decreto nº 53.336 instituiu o Programa Estadual de Contratações Públicas Sustentáveis em todas as esferas administrativas do Governo do Estado de São Paulo. Qual é o papel da Secretaria do Meio Ambiente neste programa?

XG: A finalidade do Programa Estadual de Contratações Públicas Sustentáveis consiste na implantação de uma política de compras baseada na inserção de critérios sociais e ambientais, cabendo à Secretaria do Meio Ambiente prestar assessoria técnica aos órgãos e instituições estaduais no que diz respeito à escolha de itens, sejam materiais ou serviços, para que sejam adquiridos, preferencialmente, aqueles que causem menor impacto ambiental. É necessário que considerem ao menos um dos critérios estabelecidos, como: economia no consumo de água e energia, minimização da geração de resíduos e baixa toxicidade. Além disso, a SMA preocupa-se em orientar os entes mencionados relativamente à importância da durabilidade dos produtos e do seu custo total efetivo, ainda que num primeiro momento o custo dos mesmos seja um pouco mais elevado.

Quais são as suas expectativas para o Programa Estadual de Contratações Públicas Sustentáveis?

Acredito sinceramente que o Programa constitui um marco fundamental para a implantação de uma política de compras baseada na responsabilidade do Poder Público relativamente àquilo que consome, servindo de exemplo para a população e demonstrando preocupação com a adequada aplicação do dinheiro público. No momento, a



principal expectativa quanto ao Programa refere-se à elaboração do primeiro relatório anual de contratações sustentáveis, a partir do qual poderemos ter uma noção exata do atual perfil de consumo do Governo de São Paulo, sob a forma de um diagnóstico. A partir disso, poderemos pensar em metas de redução dos impactos decorrentes do consumo, por meio da adequação dos procedimentos de compras e contratações no Estado.

Entre as ações de CPS do Estado, se encontra a participação do governo no projeto “Fomentando Compras Públicas Sustentáveis no Brasil”. Um dos principais objetivos do projeto é influenciar outros estados e municípios brasileiros na implementação de práticas de compras públicas sustentáveis em todo o Brasil. Que tipo de repercussão a implementação de tais práticas pelo governo do Estado de São Paulo tem tido frente a outros governos no Brasil?

O projeto “Fomentando Compras Públicas Sustentáveis no Brasil”, desenvolvido pela SMA em parceria com o ICLEI, reforçou a constatação do interesse de outros governos, tanto estaduais como municipais, em ações do Governo de São Paulo na área da sustentabilidade. Isso pode ser demonstrado pela grande participação de representantes de outros governos nos eventos realizados sobre o tema de

compras sustentáveis e pelas constantes demandas enviadas à equipe da SMA. Tais demandas demonstram o quanto outros governos desejam replicar as ações do Governo de São Paulo na área de compras, especialmente no que diz respeito às inovações normativas.

Desde outubro de 2003 o Governo do Estado de São Paulo trabalha com o sistema de pregão eletrônico – um sistema que garante a melhoria da eficiência na área de compras públicas, com contratações mais econômicas, seguras, ágeis e transparentes. De que modo o sistema de pregão eletrônico cria oportunidades para a inserção de variáveis socioambientais nos critérios de compras públicas? Quais são as principais dificuldades enfrentadas nessa questão?

A principal oportunidade consiste na inserção do Selo SOCIOAMBIENTAL no Catálogo de Materiais – CADMAT, para os produtos que atendam a critérios sócio-ambientais levantados pela SMA, os quais são atualizados periodicamente. A disponibilização da identidade visual do Selo encontra-se atualmente em fase de implementação pela Secretaria da Fazenda e pela Prodesp [Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo] e, quando efetivada, permitirá aos compradores do Governo identificar facilmente as melhores alternativas de produtos disponíveis no Catálogo.

continua na pág. 11

É clara a importância do consumo consciente para o alcance de metas de sustentabilidade - e as iniciativas tomadas pelo Governo do Estado de São Paulo, pela Cidade de São Paulo e pelo Governo do Estado de Minas Gerais são bons exemplos de como chegar mais perto desse objetivo. Quais serão os próximos passos do Governo do Estado para que se estabeleça uma mudança de atitude em relação às práticas atuais de consumo?

Além da publicação do Relatório de CPS do Estado, prevista para este semestre, serão adotadas outras medidas, a fim de garantir continuidade e efetividade ao Programa. Tais medidas

consistem, basicamente, no diálogo constante com o setor produtivo e na capacitação do corpo de funcionários do Estado. Assim, buscamos estimular a inovação do mercado fornecedor para que este crie novas alternativas de produtos ambientalmente amigáveis, garantindo o atendimento da demanda do Poder Público com custos razoáveis. Na capacitação dos servidores, buscamos sensibilizá-los para o tema da sustentabilidade por meio de cursos e treinamentos, como o de Licitações Sustentáveis, que vem sendo feito com sucesso pela Secretaria de Gestão Pú-

blica, por meio da Fundação do Desenvolvimento Administrativo – Fundap, além de um curso de especialização para arquitetos e engenheiros da Administração, em parceria com a Escola Politécnica da USP, previsto para o segundo semestre deste ano. Além disso, planejamos a instituição de um mecanismo, em conjunto com a Secretaria Estadual de Desenvolvimento, para a concessão de créditos de ICMS a novas empresas que apresentem produtos inovadores do ponto de vista ambiental, permitindo a ampliação da escala de produção das mesmas.

6 mil toneladas de madeira ilegal apreendidas no Estado de São Paulo

O Estado de São Paulo é o maior consumidor de madeira amazônica do mundo, segundo dados do Conselho Brasileiro de Manejo Florestal (FSC Brasil), responsável pelo consumo de 70% da madeira extraída legal ou ilegalmente na Amazônia. A maior parcela do que é consumido é proveniente de áreas sem manejo sustentável e retirada da mata por trabalhadores informais, mal remunerados e sem condições mínimas de segurança.

Uma das ações tomadas pelo Estado de São Paulo para banir a madeira ilegal e predatória em todo o seu território foi a adesão, em 2006, ao Programa Cidades Amigas da Amazônia, do Greenpeace, que na sua extensão, contou com a participação de alguns Estados brasileiros. O programa tinha como objetivo criar uma legislação municipal ou estadual para eliminar a madeira de origem ilegal e de desmatamentos criminosos de todas as compras públicas. Atualmente, o programa tem continuado através do Projeto Rede Amigos da Amazônia, sob coordenação da Fundação Getúlio Vargas, por meio do Centro de Estudos em Sustentabilidade - GVces.

No primeiro ano do Programa várias ações de combate à madeira ilegal ocorreram com a participação da Polícia Militar Ambiental e técnicos especializados do Instituto Florestal e da Fundação Florestal, envolvendo bloqueios e vistorias de caminhões nas estradas, e fiscalização em revendedoras na zona atacadista de

madeira e em grandes estabelecimentos na Região Metropolitana de São Paulo e no Interior do Estado. A Polícia Ambiental treinou 2.500 oficiais para fiscalizar depósitos e o transporte de madeira.

A Polícia Militar atua na proteção do meio ambiente desde 1949, sendo a mais antiga polícia de proteção ambiental da América Latina. Conta com 2.500 policiais, distribuídos em 114 bases em todo o Estado de São Paulo. Atua na prevenção e repressão das infrações ao meio ambiente, agindo em desmatamentos, minerações, tráfico de animais, pescas interiores e marítimas, crimes de poluição, soltura de balões e patrulhamento rural.

Nas ações realizadas em 2007, cerca de três mil toneladas de madeira e seis ve-

ículos foram apreendidos, além de terem sido constatados 18 depósitos irregulares. Para isso, nove estradas sofreram bloqueio, 144 veículos com madeira nativa, assim como 61 veículos com madeira exótica e 25 depósitos, na capital, Grande São Paulo, Araçatuba, Campinas, Ribeirão Preto e Sorocaba foram vistoriados. O valor total das multas aplicadas foi de R\$ 1,3 milhão.

Até o final de agosto de 2008, foram apreendidos 2.625 toneladas de madeira e cinco veículos, e oito depósitos foram flagrados com irregularidades, sendo que o total de multas arbitradas foi de R\$ 1,5 milhão. Sete estradas sofreram bloqueio e foram vistoriados 94 veículos com madeira nativa e quatro com madeira exótica, além de 10 depósitos.

continua na pág. 12



O Estado de SP banuiu a entrada de madeira ilegal e predatória desde 2006

Para o desenvolvimento das ações de fiscalização já foram investidos R\$ 900 mil na contratação de funcionários e de equipamentos que permitam a identificação das espécies fiscalizadas mesmo sem a presença do técnico no local da fiscalização, como câmera digital com lente de macro, computador portátil ou de mão e modem por telefonia móvel.

Ano	Qtd. Madeira apreendida (toneladas)	Veículos vistoriados/apreendidos	Depósitos vistoriados/irregulares	Estradas bloqueadas	Valor total de multas aplicadas
2007	3 mil	205 / 6	25 / 18	9	R\$ 1,3 milhão
2008	2.625	98 / 5	10 / 8	7	R\$ 1,5 milhão
Total	5.625	303 / 11	35 / 26	16	R\$ 2,8 milhões

Universidade de São Paulo adota "micros verdes"

A USP (Universidade de São Paulo) adotou medida pioneira na prevenção do problema do lixo eletrônico. Incorporou pela primeira vez num processo de licitação para compra de computadores livres de chumbo e outros metais pesados, eficientes no uso de energia e feitos com componentes recicláveis.

Dessa forma, garantiu a compra de dois mil 'micros verdes', como são apeladas as máquinas fabricadas pela Itautec, empresa vencedora da concorrência. A comissão de sustentabilidade formada no Centro de Computação Eletrônica (CCE), setor da universidade responsável pela compra, tinha como idéia inicial exigir os itens, o que não pôde ser feito, porque para a realização de processo licitatório deve haver no mercado, no mínimo, três empresas que atendam aos requisitos. Como atualmente são poucas as que se enquadram nesse perfil, a consultoria jurídica da USP sugeriu que as características fossem solicitadas como 'desejáveis' para não tornar a disputa de compra inviável.

Mesmo assim, tiveram êxito. Quatro fabricantes participaram e o vencedor já possuía a linha de produção adaptada para fornecer os equipamentos ambientalmente sustentáveis. A Itautec segue desde 2007 a diretriz RoHS (Restriction

of Hazardous Substances, restrição de substâncias perigosas), criada pelo Parlamento Europeu e em vigor desde janeiro de 2006 no mercado daquele continente. Ela restringe o uso de substâncias nocivas, como chumbo, mercúrio, cádmio, cromo hexavalente, além dos retardantes de chama bifenilo polibromado e éter difenil polibromado, em equipamentos eletro-eletrônicos.

Pra lá de sustentável

Nos computadores que serão entregues à USP, o chumbo será trocado por uma liga à base de estanho. A cadeia de bromo aplicada para evitar que o equi-

pamento propague chama foi substituída por uma variação não tóxica eficiente para atingir esse objetivo. O cromo hexavalente (de combate à corrosão) deu lugar a uma liga bivalente, que não prejudica o meio ambiente, e o lítio é o componente das baterias ao invés do tóxico cádmio. Além disso,

desde parafusos até cabos e conectores são recicláveis.

O gerente de sustentabilidade da área industrial da Itautec, João Carlos Redondo, explica que as mudanças adotadas pela empresa na fabricação dos micros incluem ainda maior eficiência energética dos produtos, com consumo 30% menor, sem perda de desempenho. "Muito

pelo contrário, com os novos componentes as máquinas se tornaram mais duráveis e potentes", informa. E não têm preço final maior. De acordo com o gerente, os R\$ 2,4 milhões que serão pagos pela universidade correspondem a um valor competitivo de mercado, tanto que garantiu a vitória na licitação.

"O fato de a USP ter incluído esse diferencial na licitação nos proporcionou o reconhecimento de que tomamos uma medida acertada ao mudar a nossa linha de produção. Ela foi pioneira nessa demanda, que ainda não tinha ocorrido", afirma João Carlos.

Selo Verde

A assinatura do contrato de compra dos computadores marca também o início de uso do Selo Verde pela USP, certificação própria para identificar as máquinas produzidas com material adequado ambientalmente. De acordo com a diretora do CCE, Tereza Cristina Melo de Brito Carvalho, o Selo Verde será colocado pela primeira vez nos novos computadores.

Também será aplicado em outros equipamentos, como impressoras e switches (usados na conexão de computadores em rede), conforme forem adquiridos com a nova configuração. A proposta abrange ainda o envio de grupos às empresas fabricantes para inspeção prévia, a fim de constatar o cumprimento do padrão ambiental e as certificações ISO 14001 (gestão ambiental) e 9001 (gestão de qualidade).

*Fonte: Simone de Marco, Da Agência Imprensa Oficial, em 07/11/08.
Edição: ICLEI Brasil*



Sabesp testa aparelho que pode evitar perda de água

Os quase 11 milhões de habitantes de São Paulo consomem, em média, 211 litros de água por dia. O que se perde pelos canos na capital, porém, equivale a mais de 1 milhão de caixas d'água por dia. Um buraco de 2 milímetros de diâmetro na rede, equivalente à cabeça de um prego, desperdiça em torno de 3.200 litros de água/dia - suficientes para o consumo de uma família de quatro pessoas durante cinco dias. Nos últimos 12 meses, os técnicos da Sabesp (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo) pesquisaram 36 mil km de rede em toda a Região Metropolitana, identificaram e repararam aproximadamente 30 mil vazamentos - 0,84 por km checado. Mesmo assim, em todo o Estado, um quarto da água produzida acaba perdendo antes de chegar às torneiras.

Para facilitar o trabalho e reduzir desperdícios, a Sabesp testa agora dois equipamentos que auxiliam no trabalho de identificação de vazamentos. Um deles é uma câmera de inspeção que capta imagens dentro dos canos com uma microcâmera - numa técnica similar ao exame de endoscopia. Há também medição eletromagnética. A utilização dessa aparelhagem faz parte de um convênio com a Jica (Agência de Cooperação Internacional do Japão). Os novos métodos evitam a quebra do asfalto, a paralisação do trânsito e a suspensão do abastecimento.

As cidades da Região Metropolitana são consideradas as mais problemáticas pela companhia, por causa da falta de planejamento do uso do solo.

Os novos métodos evitam a quebra do asfalto, a paralisação do trânsito e a suspensão do abastecimento

“Anteriormente era preciso escavar o solo, chegar à tubulação e interromper o abastecimento de água e o trânsito em várias ruas. Agora o processo é mais rápido, mais eficiente, com uma câmera e fibra ótica para iluminar a tubulação, sem interromper o fornecimento de água nem abrir buraco na rua”, explica o superintendente de Desenvolvimento Operacional da Sabesp, Eric Carozzi. Atualmente, três cidades testam o equipamento japonês no Estado - Guarujá, São José dos Campos e São Paulo

(no bairro do Jaguaré, na zona oeste). Nesses três locais, as redes de água foram assentadas entre 1944 e 1957 e existem características de solo diferenciadas.

“Também estamos utilizando o carro de medição, que tem equipamento acoplado e verifica de forma eletromagnética a vazão mínima noturna de determinada rede. Nesse período, quando a utilização de água é mínima pelos clientes, conseguimos detectar a perda de água”, completa Josué Fraga da Silva, gerente da Divisão de Controle de Perdas da Unidade de Negócios Oeste, que engloba o Jaguaré.

*Fonte: O Estado de S. Paulo, 11/04/2009
Edição: Iclei Brasil*

Por que praticar CPS?

Através do projeto “Sol na Escola” o município de Apuí, no estado do Amazonas, instalou telhas transparentes e desligaram 400 lâmpadas por dia que não estavam sendo usadas para alcançar uma **redução calculada em 23.3 Ton. CO₂ por mês.**

Parabéns Apuí!

APUÍ
mais verde

Acesse o site de Compras Públicas Sustentáveis



O ICLEI formulou uma página especial para as Compras Públicas Sustentáveis, onde podem ser encontradas todas as informações sobre o projeto. Para acessar o site, visite www.iclei.org/cps

Fundação Getúlio Vargas desenvolve estudo sobre produtos mais sustentáveis

Por Luciana Betiol, Coordenadora, Programa Consumo Sustentável, GVces

A identificação de produtos que preencham critérios de sustentabilidade ambiental é essencial para garantir o sucesso das compras públicas sustentáveis.

A fim de viabilizar esta identificação, a Fundação Getúlio Vargas, por meio do GVces - seu Centro de Estudos em Sustentabilidade, realizou um estudo que envolveu a definição de critérios ambientais de sustentabilidade, bem como o levantamento de uma série de produtos alternativos aos que tradicionalmente vinham sendo adquiridos pelos compradores públicos, a fim de auxiliá-los na opção por produtos de menor impacto sobre o meio ambiente.

Os produtos recomendados para um total de 15 famílias tomaram por base uma lista de produtos prioritários apontada pelos Governos de Minas Gerais, Estado de São Paulo e Município de São Paulo no âmbito do projeto CPS-Brasil, implementado pelo ICLEI com apoio do governo britânico.

Destas famílias apontadas como prioritárias houve a identificação de 108 produtos, em sua grande maioria focados em itens relativos ao setor da construção civil e de escritório. Tais produtos foram catalogados segundo a indicação da família a que pertence; sua categoria; as características técnicas; o critério de sustentabilidade preenchido; o respectivo fornecedor; e a fonte de onde foram retiradas as informações. No caso dos

produtos do setor da construção civil, agregou-se o mapeamento daqueles que estão em conformidade com o PBQP-H - Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat, que tem por objetivo verificar a qualidade do produto posto no mercado.

Boa parte das informações coletadas se baseou em visitas a lojas e fornecedores, feiras e eventos envolvendo produtos sustentáveis, bem como entrevistas com produtores e empreendedores sustentáveis.

Foram pesquisados produtos sustentáveis disponíveis em todo o Brasil, e não apenas nos estados dos governos pilotos, pela facilidade e possibilidade existente de aquisição de produtos de regiões mais distantes, pelo atual sistema de compras públicas. No entanto, recomendou-se que se busque sempre priorizar iniciativas locais, próximas ao agente comprador, para incentivar a produção e geração de renda e emprego locais – bem como evitar impactos decorrentes do transporte, com excessiva emissão de CO₂ – contribuindo, assim, para o desenvolvimento sustentável no país.

Catálogo Sustentável: uma ferramenta de disseminação

O compartilhamento de informações é um dos grandes objetivos do projeto CPS-Brasil, por isso, esta pesquisa de produtos feita a estes Governos foi disponibilizada na plataforma online do Catá-

logo Sustentável (www.catalogosustentavel.com.br), de responsabilidade da Fundação Getúlio Vargas.

O catálogo sustentável é uma plataforma educativa que tem por objetivo promover o consumo racional e eficiente, através da divulgação de produtos e serviços sustentáveis. O propósito desta ferramenta é informar os consumidores institucionais, e também o público em geral, sobre as relações entre consumo e meio ambiente.

Para que este objetivo seja alcançado, o internauta terá acesso às informações sobre a matéria-prima; o processo produtivo; à legislação pertinente ao produto ou serviço estudado, e aos impactos ambientais associados à produção e ao consumo de bens e serviços.

A idealização deste catálogo foi precedida da percepção de que não havia um espaço confiável e imparcial para buscar informações sobre produtos e serviços que contasse com uma preocupação com relação ao impacto ambiental na sua produção, consumo e descarte.

Sua implementação vem para suprir esta deficiência e auxiliar os consumidores a mudar seus padrões de consumo.

Esta ferramenta pode ser vista como indutora de boas práticas, sendo uma vitrine de produtos e serviços menos impactantes ao meio ambiente, estimulando os concorrentes a adequarem-se aos novos padrões exigidos pelo consumidor consciente, fomentando um círculo virtuoso no caminho da produção e consumo sustentáveis.



Visite o site *Catálogo Sustentável* do Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (GVces) que disponibiliza uma lista de mais de 500 produtos e serviços selecionados a partir de critérios de sustentabilidade. Esta

é mais uma importante ferramenta que facilita o acesso à informação, incentivando o consumo consciente e responsável. Não deixe de conhecer e divulgar: www.catalogosustentavel.com.br/

Câmara Municipal de Porto Alegre utilizará serviço de bike-entrega

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Porto Alegre passará a dar preferência à utilização de serviços de tele-entrega realizados

por ciclistas. Todos os setores da Casa receberão uma lista com os nomes dos profissionais que fazem o trabalho, também conhecido como bike-entrega.



Bike-entrega pode reduzir impacto ambiental, consumo energético e problemas de tráfego

“O estímulo ao uso das bicicletas é uma tendência mundial e um eficiente meio de reduzir o impacto ambiental, o consumo energético e os problemas de tráfego”, afirma o vereador Beto Moesch, autor da sugestão do serviço juntamente com o vereador Mauro Zacher (PDT). Ele ainda diz que, apesar da falta de infra-estrutura do trânsito, que conta com poucas ciclovias e ciclofaixas, a integração das bicicletas ao sistema de transporte é uma diretriz de planejamento urbano em Porto Alegre e precisa ser efetivada. Atualmente, tramita na Câmara projeto de lei complementar que cria o Plano Diretor Cicloviário de Porto Alegre. A proposta identifica 495 quilômetros em diferentes regiões da cidade com possibilidade de implantação de ciclovias e ciclofaixas.

Os bikeboys são treinados, uniformizados e identificados pelo crachá da empresa e transportam até 2kg de documentos levados na mochila volumes de até 5kg levados no bagageiro. Todas as buscas e entregas são protocoladas em um livro de registro e o cliente recebe uma cópia da Ordem de Serviço com as principais informações sobre a entrega.

Fonte: www.betomoesch.com.br

Edição: Iclei Brasil

Cidade de Buenos Aires adota decreto para combater as mudanças climáticas

A cidade de Buenos Aires terá uma equipe do governo para combater as mudanças climáticas. O prefeito da cidade, Mauricio Macri, criou através do Decreto 137/09, uma equipe inter-Ministerial para elaborar estratégias de proteção ao combate das mudanças climáticas junto com as políticas necessárias para executá-las.

O plano de ação redigido pela equipe considerará qual é o grau de vulne-

rabilidade da cidade para lidar com as consequências das mudanças climáticas, quais podem ser os impactos, como os moradores podem ser afetados, quais são as medidas potenciais de adaptação e que custo envolve.

As ações do plano incluirão um guia de projetos em eficiência energética para edifícios e hotéis, e subsídios para apoiar a construção sustentável e lançar o primeiro ônibus híbrido dentro de dois meses.

Telhados verdes em Buenos Aires

A Agência para a Proteção Ambiental de Buenos Aires organizou no mês de abril uma reunião com atores-chave para analisar a possibilidade de implementar ‘telhados verdes’ na cidade e a criação de políticas para ajudar a promover seu uso.

Estas reuniões serão realizadas periodicamente durante todo o ano. Os telhados verdes estão entre as iniciativas de construção sustentável desenvolvidas conjuntamente pelo ICLEI e pelo governo municipal.

Delegação do Projeto CPS-Brasil realiza visitas técnicas em Londres

Entre os dias 23 e 25 de março, uma delegação latino-americana, formada por representantes das cidades de São Paulo e Buenos Aires, dos estados de São Paulo e Minas Gerais e da FGV participaram de uma série de visitas técnicas na cidade de Londres, no âmbito do Projeto CPS-Brasil.

A delegação foi recebida pelo Vice-Prefeito de Londres, Richard Barnes, que participou de reuniões com o grupo e a Equipe Central de Compras Públicas Responsáveis de Londres, na Prefeitura. Nessa oportunidade, foi apresentado o caso de compras de veículos híbridos, uniformes e disposição sustentável de móveis de escritório. Segundo os participantes da delegação “Foi possível ter acesso aos casos de sucesso da Prefeitura e obter boas informações sobre compras compartilhadas e economia de escala”.

O grupo também se reuniu com o DEFRA (Departamento de Meio Ambiente, Alimentação e Assuntos Rurais) do Reino Unido, que apresentou os resultados e os desafios do Plano de Ação de Implementa-

ção de CPS no Reino Unido. Para os participantes da delegação, a lição aprendida diz respeito ao trabalho com as especificações sustentáveis e análise do ciclo de vida do produto. Após essa reunião, alguns participantes destacaram como proposta para a realidade brasileira o estabelecimento de um setor específico no governo voltado para compras e contratações sustentáveis.

Com o Centro de Especialização em CPS do Escritório de Comércio do Governo Britânico foram discutidas as possibilidades de mitigação de Gases de Efeito Estufa por meio das CPS e a necessidade de controlar as emissões de carbono. Para os participantes da delegação, os pontos relevantes desse encontro foram as compras compartilhadas entre instituições, a necessidade de traba-

lhar não somente as emissões dos órgãos públicos, mas também em toda a cadeia de fornecedores. Na avaliação deles, a reunião foi extremamente proveitosa quanto às ferramentas para implementação de CPS e percepção da necessidade de sensibilização/conscientização de todos os órgãos do Estado para o tema.

A delegação também se encontrou com um representante do Projeto Carbon Disclosure e discutiram novos negócios e oportunidades com carbono vinculados às CPS. Destacaram, após a reunião, que é necessário investir na integração entre

É necessário investir na integração entre diversos órgãos para trabalharem juntos, ou seja, que a implementação das compras públicas sustentáveis não seja apenas esforço do órgão ambiental do governo

diversos órgãos para trabalharem juntos, ou seja, que a implementação das compras públicas sustentáveis não seja apenas esforço do órgão ambiental do governo.

A EDAAW, consultoria em arquitetura e meio ambiente, apresentou o Plano diretor de construções esportivas e o Projeto “Londres – Olimpíadas 2012”. Para os participantes da delegação, é preciso divulgar possibilidades de ação desse tipo no Brasil.

O conjunto de visitas realizadas “foi importante para perceber que este tema precisa ser incluído na parte de gestão pública do Brasil”, na avaliação de um dos participantes. Para eles, “as visitas foram extremamente úteis para aprender sobre as ferramentas de compras conjuntas e padronização de especificações técnicas”. “Foram uma grande oportunidade para conhecer as experiências do Reino Unido, conhecer boas práticas, trocar informações acerca dos desafios e obstáculos enfrentados por eles e por nós”. “Visitas assim são cruciais para o sucesso de um projeto que se propõe a desenvolver governos locais”. “As visitas propiciaram um conteúdo muito rico e diverso que levam à reflexão e à criação de campos de aplicação específicos no Brasil”.

Depois de Londres a delegação seguiu para Reykjavik, na Islândia para participar da Conferência EcoProcura 2009.



Da esq. para dir.: Eduardo Jorge, Secretário do Verde e Meio Ambiente de São Paulo; Laura Valente, ICLEI; Denize Cavalcanti, SMA/SP; César Pilli, Accenture; Luciana Betiol, GVces; Ezequiel Gaspes, Prefeitura de Buenos Aires e Frederico Mello, Seplag/MG

EcoProcura 2009 - consumo sustentável para combater as mudanças climáticas

Entre os dias 25 e 27 de março de 2009 em Reykjavík, Islândia mais de 220 representantes de governos locais, nacionais e outros órgãos do setor público representando 41 países discutiram como práticas de compras públicas sustentáveis podem representar uma contribuição substancial na adaptação e mitigação das mudanças climáticas. Além disso, chamaram a atenção de governos para que coloquem a questão em suas agendas na virada decisiva de negociações globais referentes ao clima que acontecerá em Copenhague no fim desse ano.

A crise financeira atingiu Reykjavik fortemente, mas a cidade, que participa da campanha **Procura+** do ICLEI, está seguindo em frente utilizando as práticas de compras públicas sustentáveis como uma base sólida para um sólido futuro – configurando-se, assim, como uma excelente anfitriã para o EcoProcura 2009. Delegados de autoridades públicas de todos continentes se comprometeram a utilizar seu vasto poder aquisitivo na luta contra as mudanças climáticas, estimulando o mercado para produtos e serviços ambientalmente amigáveis. O momento

se tornou ainda mais especial quando a nação anfitriã aproveitou a oportunidade para realizar a assinatura oficial do novo Plano de Ação Nacional de Compras Públicas Sustentáveis pelos Ministérios do Meio Ambiente e das Finanças islandês.

Uma das questões-chave discutidas extensivamente em Reykjavík foi como economizar dinheiro e comprar sustentavelmente ao mesmo tempo. Alguns dos pioneiros na área de desenvolvimento sustentável, como a cidade de Viena, provam que assumir práticas sustentáveis faz muito sentido financeiramente. Viena pode orgulhosamente se gabar a respeito dos 43 milhões de euros que a cidade economizou (em quatro anos), como resultado da implementação de uma rigorosa política de compras públicas sustentáveis.

Com mais de 2 trilhões de euros gastos em bens e serviços somente por autoridades públicas da União Européia, o potencial econômico para estimular a criação de tecnologias inovadoras em termos de sustentabilidade e soluções de produtos por governos locais e órgãos públicos é enorme. No entanto, como enfatizado pelo Presidente do ICLEI e



Delegação latino-americana participa do EcoProcura 2009

vereador da Cidade de Vancouver, David Cadman, as cidades são o que consomem, e somente com efetiva ação local de cidades em todo o globo os impactos do aquecimento global serão reduzidos. Dessa forma, os delegados foram convidados a “pensar globalmente e agir localmente”, o que, de acordo com o Ministro do Meio Ambiente islandês, Kolbrún Halldórsdóttir, “é o mantra que nos levará a uma sociedade mais sustentável”.

O ICLEI – Brasil organizou uma delegação multi-setorial composta de representantes do projeto CPS-Brasil e outros. A América Latina também participou do programa oficial (veja notícia abaixo).

Para mais informações, acesse o site da Conferência: www.iclei.org/ecoprocura2009

Procura+ é uma iniciativa do ICLEI com objetivo de apoiar os governos locais na implementação de Compras Públicas Sustentáveis e ajudar a promover suas boas práticas na área.

EcoProcura 2009 - ações de CPS na América Latina

A sessão Promovendo Compras Públicas Sustentáveis no Sul – *Experiências de Implementação de Compras Públicas Sustentáveis na América Latina e África* apresentou casos do hemisfério sul durante a conferência EcoProcura 2009, em Reykjavik, Islândia.

A diretora regional do ICLEI LACS, Laura Valente apresentou os resultados do CPS-Brasil, o primeiro projeto do ICLEI sobre compras públicas sustentáveis a ser executado fora da Europa. Ao longo de toda a implementação do projeto CPS-Brasil, muitas atividades e contatos foram desenvolvidos, os quais fortaleceram uma liderança em consumo sustentável e proteção do clima no Brasil, além do setor público. “Dada a repercussão deste projeto, um movimento está sendo consolidado

e uma massa crítica está sendo desenvolvida efetivamente na região. O ICLEI pretende continuar a contribuir para uma nova abordagem de compras públicas que permitirá uma gestão eficiente de recursos e proteção do clima em economias em desenvolvimento e emergentes”, destacou Laura Valente.

Também foi apresentado o trabalho do MTF - Marrakech Task Force em Compras Públicas Sustentáveis (MTF em CPS) que foi lançado pelo governo suíço em 2005, na segunda reunião internacional de especialistas sobre produção e consumo sustentável na Costa Rica. Com a ajuda de seus membros, o MTF em CPS desenvolveu uma metodologia para a implementação de compras sustentáveis (chamada Abordagem MTF para CPS).

Levando-se em consideração os vários

desafios enfrentados por países em desenvolvimento – apertados orçamentos para compras públicas sendo um deles – o projeto reconhece a importância de esboçar políticas que irão, por um lado, reduzir os riscos ligados às compras públicas sustentáveis (piora na balança comercial, aumento nos custos de compras públicas, impactos negativos em produtores locais de produtos que não são sustentáveis, etc), e por outro, maximizar os benefícios ligados às compras de produtos sustentáveis selecionados. Políticas de compras públicas sustentáveis, na concepção do MTF, devem não apenas trazer impactos ecológicos e sociais, como também possibilitar diversos benefícios econômicos como aumento de empregos e ou adoção de novas tecnologias.

EcoProcura 2009 - ações de CPS na África do Sul

A promoção de compras públicas sustentáveis na África do Sul que ocorre a partir do Plano Estrutural de 10 anos para Consumo e Produção Sustentáveis (SCP), iniciado em 2002 e apoiado pelo Marrakech Task Force foi apresentado pela Grace Stead, Gerente de Projetos do ICLEI – Secretariado para a África. Em 2004, o Grupo de Debate Africano em Consumo e Produção Sustentáveis foi estabelecido como uma instituição de rede regional que facilita a promoção de consumo e

produção sustentáveis na África, trazendo mais atenção à questão do consumo sustentável no continente. Este recebe apoio do Marrakech Task Force para o desenvolvimento de programas de consumo e produção sustentáveis, sendo que dois projetos piloto ocorrem atualmente em países africanos – Ilhas Maurício e Tanzânia, e Egito e Moçambique.

Na África do Sul, iniciativas de consumo e produção sustentáveis são lideradas pelo Departamento de Meio Ambiente e Turismo, o qual tem como foco principal as áreas

de energia, mudanças climáticas, gestão de resíduos, gestão integrada da água, eco-rotulagem, construções e infra-estrutura verdes e compras públicas sustentáveis.

Entre os obstáculos enfrentados estão a falta de vontade ou medo de mudança para abordagens adequadas de compras públicas sustentáveis; conhecimento limitado; verificação de produtos verdes; disponibilidade de produtos e fornecedores. Os Secretariados do ICLEI na América do Sul e África estão explorando como podemos trabalhar juntos para poder ultrapassar estas barreiras.

EcoProcura - ações de CPS do Reino Unido

No dia 26 de março, o Defra - Departamento de Meio Ambiente, Alimentação e Assuntos Rurais do Reino Unido participou do painel *Compromisso e Envolvimento de Fornecedores – Rumo à Inovação*, com a apresentação *Implementando uma Força-Tarefa de Compras Públicas Sustentáveis*, na conferência EcoProcura 2009, em Reykjavik, Islândia. Nela, o Defra demonstrou como o compromisso e envolvimento com fornecedores pode ser utilizado para a promoção de compras sustentáveis e para a inovação de produtos e serviços.

Através de uma Equipe de Compras Públicas Sustentáveis, o Defra passou a incluir critérios de sustentabilidade em suas compras, de modo a influenciar os

atores envolvidos e fornecer conselhos práticos sobre compras sustentáveis a outros compradores. Com esses objetivos, capacitou compradores internos em relação a questões de sustentabilidade e forneceu treinamento em compras públicas sustentáveis a outros departamentos e ministérios. Na realização dessas atividades, o Defra enfatizou a necessidade de reconhecimento da contribuição prestada por fornecedores nas práticas de compras sustentáveis. A abordagem de compras adotada pelo Departamento é, dessa forma, amplamente participativa e encoraja o diálogo e envolvimento entre todos os interessados.

O envolvimento e comprometimento com fornecedores foi um dos principais

sucessos da Equipe de Compras Públicas Sustentáveis do Defra. Através de uma gama de eventos e workshops, a equipe favoreceu a inclusão dos fornecedores do Defra, sinalizando a eles a jornada sustentável empreendida pelo Departamento e desenvolvendo relações de trabalho mais próximas, as quais possibilitarão uma relação de parceria entre a organização compradora e seus fornecedores. O Defra está trabalhando com seus fornecedores para que estes apreciem e assumam inteiramente metas de sustentabilidade. Os resultados incluem uma maior colaboração para a promoção de políticas sustentáveis e uma grande disposição por parte dos fornecedores para melhorar seus serviços e operações.

EcoProcura - ações de CPS da Espanha

Também na conferência EcoProcura 2009, a IHOBE (Organização Pública Basca para o Meio Ambiente) apresentou o plano de ação do país Basco em compras públicas sustentáveis no painel Fortalecendo a Cooperação Regional com a apresentação *O Plano de Ação Basco em Compras Públicas Sustentáveis para Proteção do Clima e Competitividade Econômica*.

Com o reconhecimento da União Europeia em relação à importância da implementação de compras públicas verdes em nível europeu, muitos governos nacionais desenvolveram ou têm desenvolvido planos de ação nacional para compras públicas sustentáveis. No entanto, muitos desses planos de ação referem-se apenas ao governo cen-

tral ou não estão suficientemente ligados ao contexto municipal. Com isso em mente, o governo basco desenvolveu um Plano de Ação Regional de Compras Públicas Verdes através da IHOBE.

O Plano da IHOBE contribui significativamente para a mitigação das mudanças climáticas e para a promoção da competitividade na economia local, ajudando, dessa forma, outras províncias, regiões, redes, ou organizações supranacionais a estabelecerem suas próprias estratégias.

As estratégias em compras públicas sustentáveis focam, em sua maioria, somente em autoridades públicas – no lado da demanda, portanto -, estabelecendo metas, desenvolvendo ferramentas, entre

outros. No entanto, para realmente movimentar o mercado, é importante promover produtos e empresas comprometidos com a sustentabilidade, trabalhando, dessa forma, o lado da oferta. O que faz com que a abordagem basca seja inovadora é a combinação de ambas as dimensões.

O Plano de Ação Regional de Compras Públicas Verdes da IHOBE ocorre como parte do Plano para Consumo Sustentável, cujos objetivos são desenvolver compras verdes no setor público em primeiro lugar, para depois promover compras verdes no setor privado. Nesse sentido, a IHOBE aparece como referência no estabelecimento de critérios de compras verdes para diversos agentes.

Congresso Mundial do ICLEI aconteceu em Edmonton

O Congresso Mundial do ICLEI aconteceu de 14 a 18 de junho na cidade de Edmonton, província de Alberta, Canadá, com a participação de 500 delegados de 16 países.

Foi em Edmonton que uma delegacia de polícia conquistou o primeiro prêmio Gold Level Leed (Liderança em energia e proteção ambiental). A cidade possui também a maior fábrica de tratamento para retirada de bionutrientes do mundo, a Gold Bar Wastewater Plant.

Edmonton é ainda a única cidade da América do Norte que recolhe e limpa a areia dispersa nas ruas, durante o inverno, para voltar a utilizá-la.

O ICLEI-LACS organizou uma delegação, formada por 22 autoridades locais. O secretário do Verde e Meio Ambiente da Cidade de São Paulo, Eduardo Jorge, foi reeleito recentemente representante para a América Latina no Comitê Executivo do ICLEI Internacional e também esteve presente no Congresso Mundial. Ele moderou uma mesa sobre desafios enfrentados pelas cidades na América Latina e palestrou sobre Compras Públicas Sustentáveis em São



Secretário Geral do ICLEI, Konrad Otto-Zimmerman

Paulo, as ações do Programa Madeira é Legal, a participação e os resultados da cidade, que é um dos governos-piloto no Projeto CPS-Brasil, coordenado pelo ICLEI.

Ainda nesta seção sobre CPS, Imma Mayol, Vice-Prefeita de Barcelona, Espanha falou sobre a dimensão ambiental das compras, que inclui

mudanças obrigatórias e opcionais em cláusulas administrativas - um dos resultados foi o aumento do uso de veículos e máquinas que utilizam combustíveis verdes.

Para mais informações e apresentações dos palestrantes, acesse: www.iclei.org/worldcongress2009

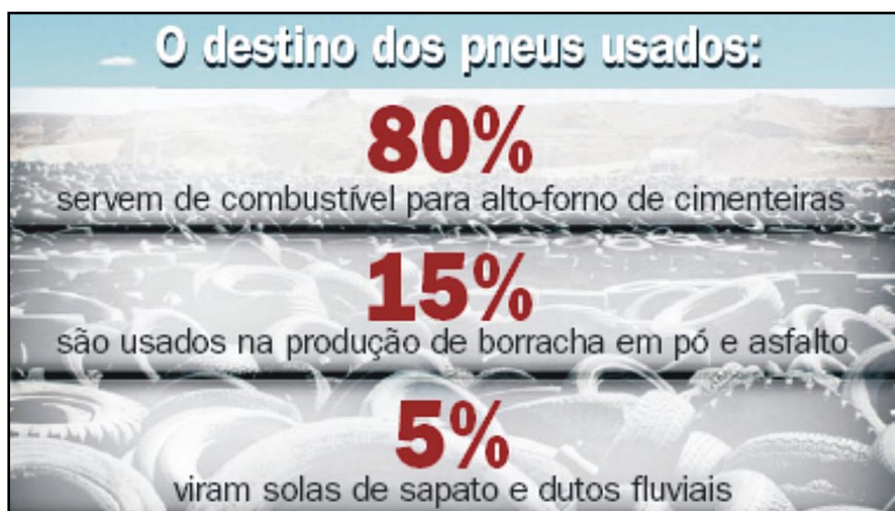
Descarte responsável de pneus no Brasil

A Associação Nacional da Indústria de Pneumáticos (Anip) obteve a marca expressiva de 200 milhões de pneus reciclados em dez anos.

O montante é suficiente para equipar duas vezes a frota brasileira. O descarte correto foi feito por meio da criação de 374 postos de coleta espalhados pelo

País. O programa é realizado em parceria com as prefeituras brasileiras.

Fonte: Revista Istoé Dinheiro, 12/04/2009.



**ICLEI - Governos Locais
pela Sustentabilidade**
Escritório de Projetos no Brasil

Avenida IV Centenário, 1268, sala 215
Portão 7A do Parque Ibirapuera

Tel: +55-11/5084-3079
Fax: +55-11/5084-3082
projeto.cps@iclei.org
www.iclei.org/lacs/cps

Visite o nosso site:
www.iclei.org/lacs/cps

CONEXÃO REMATE:

Remate representa a cartada final; o lance certo que combina aspirações e percepções do jogador com uma reflexão ponderada e responsável e os traduz em ação, em decisão, em mudança. Uma oferta só pode ser de fato um remate – melhor oferta aceita – quando incorpora critérios sustentáveis. Com o objetivo de construirmos juntos verdadeiros remates sustentáveis, criamos a Conexão Remate que reúne informações sobre o tema de compras públicas sustentáveis e, em especial, sobre o projeto, “Fomentando Compras Públicas Sustentáveis no Brasil”, uma iniciativa da campanha global do ICLEI.

Comentários e sugestões podem ser enviados para o e-mail:
projeto.cps@iclei.org



COMPRAS
PÚBLICAS
SUSTENTÁVEIS
uma iniciativa ICLEI

Parceiros



Patrocinador



Apoio



Embaixada Britânica
Brasília